

Ciclo de Protestos no Rio Grande do Norte entre os anos de 2013 e 2019

Cycle of Protests in Rio Grande do Norte between 2013 and 2019

Pedro Henrique Correia do Nascimento de Oliveira¹

Ana Vitória Araújo Fernandes²

Lindijane de Souza Bento Almeida³

Raquel Maria da Costa Silveira⁴

RESUMO:

A última década foi marcada por diferentes tipos de mobilização de arsenais teóricos-metodológicos no contexto dos estudos sobre o ativismo social e ciclos de protestos no Brasil e no mundo, por meio da Análise de Eventos de Protestos (AEP). Buscando contribuir com essa vertente, objetiva-se analisar as características dos protestos realizados e a percepção da mídia sobre a atuação dos movimentos sociais e sindicais no Rio Grande do Norte entre 2013 e 2019. Para tanto, a análise está baseada em um banco de dados sobre protestos construído a partir de reportagens publicadas em dois veículos de comunicação local. Ao final, foi possível observar que, a partir de 2013, mas principalmente no período mais recente, a realização de protestos tornou-se mais recorrente, reduzindo o estranhamento inicial explicitado por meio da linguagem usualmente empregada nos textos jornalísticos. Além disso, formou-se 4 ciclos de protestos no Rio Grande do Norte, sendo eles: Políticas Sociais e Trabalhistas; Ordem Urbana; Vida Rural; e Campanha do Impeachment de Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Ciclos de Protestos; Movimentos sociais e sindicais; Rio Grande do Norte.

ABSTRACT:

The last decade was marked by different types of mobilization of theoretical-methodological arsenals in the context of studies on social activism and protest cycles in Brazil and worldwide, through the Analysis of Protest Events (AEP). Seeking to contribute to this aspect, the objective is to analyze the characteristics of the protests carried out and the perception of the media on the performance of social and union movements in Rio Grande do Norte between 2013 and 2019. For this purpose, the analysis is based on a database about protests built from reports published in two local media. In the end, it was possible to observe that, as of 2013, but especially in the more recent period, protests have become more recurrent, reducing the initial estrangement explained through the language usually used in journalistic texts. In addition, four cycles of protests were formed in Rio Grande do

¹ Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Graduado em Gestão de Políticas Públicas (UFRN). Desempenha atividades acadêmicas como pesquisador na Rede INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e no Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas/ UFRN. E-mail: pedrohcorreiano@gmail.com

² Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Especialista em Gerenciamento de Projetos (FGV). Graduada em Gestão de Políticas Públicas (UFRN). Desempenha atividades acadêmicas como pesquisadora na Rede INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e no Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas/ UFRN. E-mail: avitoriaaf@gmail.com

³ Docente do Departamento de Políticas Públicas (UFRN), atuando no Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Mestra em Ciências Sociais (UFRN). Graduada em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia e Ciência Política (UFRN). Além disso, desempenha atividades acadêmicas como pesquisadora na Rede INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e Coordena o Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas (EPP/UFRN). Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, pesquisando principalmente os seguintes temas: Estado, democracia, participação, gestão pública, políticas públicas e cidadania. E-mail: almeida.lindijane@gmail.com

⁴ Docente do Departamento de Políticas Públicas (UFRN), atuando no Curso de Graduação de Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR). Doutora em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Graduada em Gestão de Políticas Públicas (UFRN) e Direito (UNIRN). Desempenha atividades acadêmicas como pesquisadora na Rede INCT Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal e Grupo de Pesquisa Estado e Políticas Públicas. E-mail: raquelmcsilveira@hotmail.com

Norte, namely: Social and Labor Policies; Urban Order; Countryside life; and Dilma Rousseff's Impeachment Campaign.

Keywords: Cycle of Protests; Social and union movements; Rio Grande do Norte.

1. Introdução

Na última década têm sido múltiplos os sentidos, direções e características das mobilizações sociais a nível global e nacional, estimulando, entre outros, o desenvolvimento do campo dos estudos sobre os protestos. No contexto internacional, a crise mundial do capital globalizado de 2008 teve efeitos claros nas estratégias de ação coletiva, surgindo os movimentos sociais autonomistas. Essas consequências podem ser vistas nas medidas de austeridade fiscal, na precarização da divisão internacional do trabalho, no aumento do custo de vida e da prestação dos serviços públicos, atingindo, principalmente, os subalternos adotados mundo a fora. Para o campo dos estudos da ação coletiva, a crise também modificou as estratégias dos movimentos sociais, surgindo os autonomistas, atrelados aos novíssimos movimentos sociais. Suas ações puderam ser vistas em grandes ciclos de protestos na Europa, Oriente médio e Estados Unidos.

No Brasil, os efeitos da crise foram tardados ou sentidos timidamente devido ao modelo desenvolvimentista implementado no país no octênio dos governos Lula. O lulismo, como ficou conhecido esse fenômeno político-ideológico de ampla coalizão de centro-esquerda, marcado pelo acordo com as classes dominantes em prol da manutenção de um modelo macroeconômico neoliberal, além do investimento em políticas redistributivas e de maior adoção de instâncias participativas, foi responsável por uma temporária conciliação entre as classes no país (SINGER, 2012). No campo da ação coletiva, vivíamos mais um estágio das experimentações de participação institucionalizada com a expansão de sistemas participativos em alguns setores de políticas públicas tanto a nível federal quanto subnacional.

A manutenção do Lulismo não conseguiu se manter nos governos Dilma, devido às escolhas da cúpula governamental, no campo macroeconômico, mas sobretudo, argumenta-se que foi causada pelo afastamento da militância petista da base do governo e o descontentamento dos setores da burguesia e das classes médias com o alto custo dos investimentos em políticas sociais redistributivas (SINGER, 2018).

Nesse contexto, ainda pesaram os preparativos para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e para as Olimpíadas Rio 2016 - aquilo que deveria ser um elemento de destaque para a apresentação do Lulismo ao mundo - com seus altos custos gerenciais e de logística, tornando-se parte do estopim e das principais pautas de reivindicação das Jornadas de Junho de 2013. Assim, as Jornadas de Junho de 2013 caracteriza-se por uma nova expressão da relação entre Sociedade e Estado, uma vez que seguiu o mesmo ideário de reivindicações na qualidade da prestação dos serviços públicos dos países centrais, abrindo uma agenda sequenciada de protestos, demandas populares, pluralização da presença dos variados segmentos sociais e polarização político-ideológica. Para interpretação dessa agenda sequenciada de manifestações nos filiamos à abordagem do Confronto Político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001), com seu foco na relação entre política institucional e contestatória, por meio do conceito de Ciclos de protestos (TARROW, 1999) para identificarmos quais protestos correlacionam-se no que cerne a participação de atores, modos de atuação e demandas e quais não.

Assim, esse trabalho busca somar a uma agenda de pesquisa dos autores sobre as características da ação coletiva no estado do Rio Grande do Norte (RN), em percurso há 6 anos. Por meio do uso do conceito de Ciclos de protestos buscou-se, então, responder três perguntas para iluminar as especificidades dos protestos ocorridos no RN no período entre 2013 e 2019: Quem são os atores mobilizados e mobilizantes presentes em cada ciclo de protestos realizados? Qual repertório de atuação mobilizam? E, quais são as demandas e propósitos dos atores que convocam esses protestos? Desse modo, objetiva-se, com esse estudo, analisar as características dos protestos realizados no Rio Grande do Norte entre 2013 e 2019.

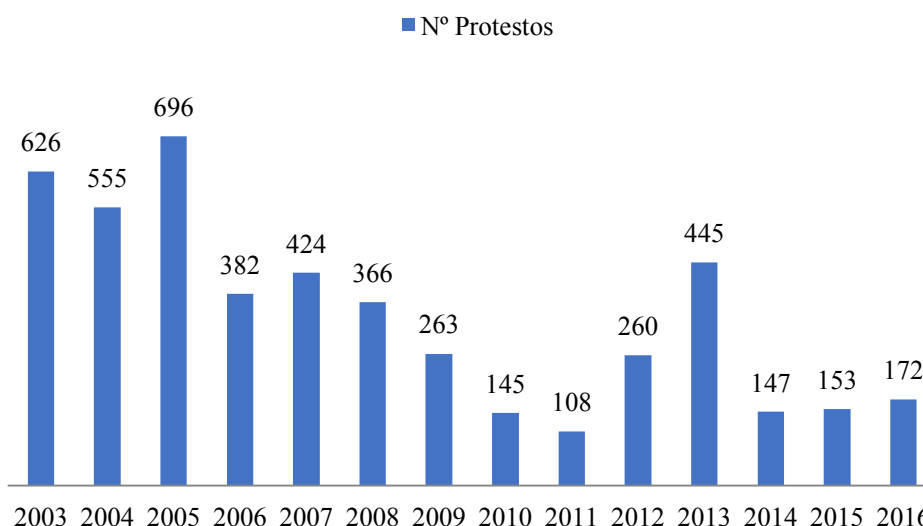
O artigo, desse modo, encontra-se dividido, para além da introdução e das considerações finais, em mais três seções. A primeira dá conta de descrever o método de Análise de Eventos de Protestos, ressaltando a sua importância enquanto metodologia inovadora em pesquisas sobre ação coletiva no Brasil. A segunda, por sua vez, analisamos os protestos realizados no Rio Grande do Norte no período entre 2013 e 2019.

2. Resgatando o histórico recente de Ciclos de protestos no Brasil

O estudo da ação coletiva no Brasil demonstra que a utilização de determinadas teorias está intimamente relacionado com o contexto histórico, social, político e econômico do país, visto a existência de ciclos específicos de performances de grupos da sociedade civil organizada para cada temporalidade (GOHN, 2018).

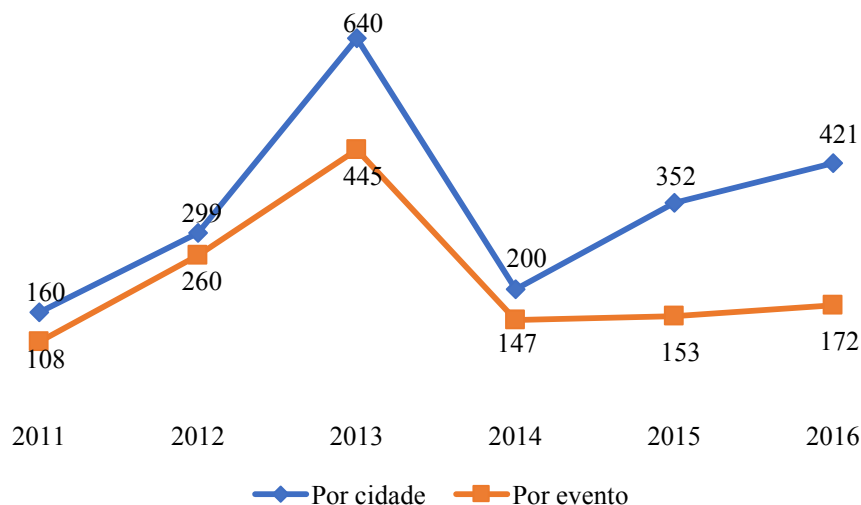
Nesse sentido, nos anos de 2010, os protestos voltaram fortemente à cena após período de experimentações institucionalistas de estratégias da sociedade civil organizada de relações interativas com o Estado, vindouro desde os anos de 1990, atingindo seu ápice nos Governos Federal petistas dos anos 2000. Quando olhamos para os números de protestos realizados no Brasil entre 2003 e 2016 (Gráfico 01, abaixo), trazidos por Melo e Tatagiba (2017) e Tatagiba e Galvão (2019), estes mostram que no início do governo Lula (PT) manifestações de rua eram uma forte estratégia de confronto de grupos sociais com o Estado e de acordo com o avanço da implementação do Lulismo os números diminuíram. Tais números somente voltam a subir intensamente no ano de 2013 e apesar de nos anos seguintes baixarem novamente, os ciclos de protestos seguintes adotavam uma característica modular para infraestrutura dos atos, aprendida nas Jornadas de Junho de 2013, que é o uso das redes sociais para convocação de protestos multiescalares em diversas localidades. Se observado por esse ângulo a quantidade de protestos aumenta, como observado nos gráficos 01 e 02.

Gráfico 01: Frequência anual dos protestos entre 2003 e 2016



Fonte: Melo e Tatagiba (2017) e Tatagiba e Galvão (2019).

Gráfico 02: Protestos agregados por evento e desagregados por cidade (2011-2016)



Fonte: Tatagiba e Galvão (2019).

De fato, os protestos nunca deixaram de ser uma estratégia performática dos movimentos sociais, mas no período acima citado, tornaram-se parte dos repertórios de interação socioestatal, sendo usados para confrontar ideias defendidas por governos em espaços de participação institucionalizada, no caso de setores de políticas públicas que havia uma estrutura de governança participativa bem estabelecida, ou em outros para provocar encontros interativos com atores estatais (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014).

O fortalecimento dos protestos como estratégia de confronto nos anos de 2010 desvela, assim, muitos conflitos mal resolvidos no período de experimentação institucionalista. Entre os elementos identificados por Gohn (2018) está a não inclusão de alguns grupos no desenho institucional dos espaços participativos, como estudantes; o surgimento de movimentos sociais autonomistas, mais conhecidos na literatura (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016; GOHN, 2008; GOHN, 2018) como Novíssimos movimentos sociais, prezando por uma estrutura organizacional horizontal e pelo ativismo ao invés da militância; e o extravasamento do ativismo de Direita, ressurgido nos anos 2000 como contra público, em comunidades das redes sociais, e fortalecidos por Think thanks ultraliberais espalhadas pelo país (ROCHA, 2019).

Entre os ciclos de protestos dos anos 2010, as Jornadas de Junho de 2013 são o ponto de inflexão determinante. As Jornadas de junho de 2013, conjunto de protestos realizados multiescalarmente no Brasil, ocorreu sob influência de um contexto de forte ativismo autonomista cujas características estão amplamente atreladas à explosão dos subprimes da crise mundial do capital globalizado de 2008. Esse movimento foi influenciado por eventos revolucionários na Grécia, Espanha, Portugal, Oriente Médio, mais conhecidos como Primavera Árabe, bem como o movimento Occupy Wall Street nas ruas de Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Desse modo, Junho de 2013 traz na sua gênese demandas semelhantes às observadas nos movimentos autonomistas realizados mundo a fora, entre 2009 e 2012, mas tem um ineditismo conflitivo jamais visto em outros momentos históricos de ação coletiva democrática do país que é conseguir trazer às ruas reivindicações e grupos organizados dos variados espectros ideológicos (BRINGEL; PLEYERS, 2015). Por essas características, Junho de 2013 não permite a construção de um enquadramento interpretativo único como os dois outros grandes ciclos de protestos pós-redemocratização anteriores, as Diretas Já e a Campanha pelo impeachment de Collor (TATAGIBA, 2014). Pelo contrário, traz características desses dois em meio a outro contexto e as aperfeiçoa.

Nesse sentido, cabe lembrar, com base em Tatagiba (2014), que a campanha pelas Diretas Já tinha como frame principal a luta pelo fim do Regime Militar e a possibilidade de escolha direta dos representantes políticos, mas isso não quer dizer que era único. Na verdade, existiam outras demandas levadas às ruas como fim do arrocho salarial, a influência norte-americana nos países da América Latina, entre outros, que foram secundarizados devido a forte liderança exercida pelos partidos políticos de oposição e movimentos sociais e sindicais na condução dos protestos, formando frentes suprapartidárias, que conseguiram construir

como consenso o frame direito a eleição direta. Do mesmo modo aconteceu com a campanha Fora Collor em relação ao lema/demanda “Ética na política”. Dessa vez os frames paralelos giravam em torno das concepções das lideranças dos atos, novamente exercidas por partidos políticos e movimentos sociais, a respeito do lema central (TATAGIBA, 2014).

As estratégias de confrontação desses dois ciclos de protestos tinham características de cores o verde e amarelo presentes na endumentária, faixas, cartazes e bandeiras dos participantes. Os atos eram marcados por grandes passeatas com carros de som nos principais centros urbanos do país, onde os participantes cantavam repetidas vezes o Hino nacional, e que ao final do percurso encontravam uma estrutura de palco montada para shows de artistas, financiados pelos partidos políticos envolvidos e comícios (TATAGIBA, 2014). Além disso, as Diretas Já tinham termos de ordem emulados pelos participantes como “o grito preso na garganta”, “quero voltar para presidente” e “verás que um filho teu não foje a luta”, enquanto que na campanha Fora Collor o principal slogan era “a verdade vos libertará”.

As Jornadas de Junho de 2013, por outro lado, começam tendo como cenário central o aumento de R\$ 0,20 centavos no valor da passagem do transporte público da capital paulista. No entanto, por ter sido convocado pelo Movimento Passe Livre (MPL), grupo social de ativismo autonomista à esquerda apreendido no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), que pregava, primordialmente, pelo passe livre para estudantes e depois pela sua universalização para toda a população, assim, por essa lógica, outras demandas foram agregadas.

A adesão do MPL as ideias autonomistas fizeram o movimento desenvolver seu próprio modo de performar, trazendo como características: “deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática black bloc)” (ALONSO, 2017, p. 51). A partir de então há a massificação dos participantes (ALONSO, 2017), demandas e expansão para outras localidades, por meio da força das redes sociais. Melhoria na qualidade de vida, reivindicações contra a realização dos megaeventos esportivos (Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016) listavam nessa etapa entre as principais demandas levadas aos atos.

É nesse momento que os movimentos sociais e sindicais e partidos políticos de espectro à esquerda começam a participar dos protestos buscando impor seu velho modo socialista (ALONSO, 2017) de condução dos atos com carros de som e atuação de uma liderança consensual, aprendidos nas campanhas pelas Diretas Já e Fora Collor. Essa tentativa de condução logo falhou visto que entre as cláusulas pétreas desse ciclo de protestos resistia o pensamento autonomista do MPL, lido por muitos participantes como o velho suprapartidarismo de atos anteriores, motivando quem ainda não tinha aderido aos atos a ir às ruas. Com isso, os grupos à esquerda continuaram participando dos atos só que agora demandando eficiência das políticas públicas e maior participação social nas tomadas de decisão do poder público (ALONSO, 2017).

Entre os grupos que em meio à massificação iniciaram a participação estava um setor patriota com velhos símbolos e slogans nacionais renovados (“Vem pra rua” e “o gigante acordou”) que relembrou a campanha pelas Diretas Já e trouxe a velha bandeira da corrupção do Estado e da “Ética na política” do Fora Collor. Por consequência, grupos desse setor que já se articulavam nas redes sociais, trouxeram demandas liberais e conservadoras, rechaçando as instituições e partidos políticos e associando ao Partido dos Trabalhadores (PT) a corrupção. Surge, assim, o anti-petismo. A partir daí ocorreu o declínio dos protestos e no final restaram apenas três grupos que passaram a movimentar os ciclos de protestos seguintes até o atual momento: os autonomistas, os socialistas e os patriotas (ALONSO, 2017).

Como apontado por Alonso (2017) para o caso da capital paulista, após as Jornadas de Junho de 2013, o padrão de protestos autonomista se junta ao socialista para se contrauternar nas ruas e nos espaços de discussão com padrão patriota. Com isso, emerge por um lado, um campo progressista orientado por valores como igualdade e justiça, que consiste numa:

[...] camada diversa de jovens, coletividades, plataformas e movimentos que têm militado na denúncia (e na tentativa de eliminação) das hierarquias, da opressão e dos abusos do Estado – principalmente, violência, racismo institucional e criminalização – e em reivindicações variadas, como a qualidade dos serviços públicos e por uma vida mais humana nas cidades (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 12).

Por outro lado, surgiu um campo reacionário marcado pelo autoritarismo, traços antidemocráticos de defesa dos privilégios de classe e, também, de uma visão liberal. Tal campo seria pautado por:

[...] seus discursos e na prática cotidiana, as estruturas de dominação e as formas de opressão. Aceita a alta desigualdade social existente no país com um discurso da inevitabilidade e/ou da meritocracia. Prega, em alguns casos, pelo retorno de um passado melhor (a ditadura), para o qual não teme pedir a intervenção militar. Conta, em geral, com apoio e atua em colusão com as elites econômicas e midiáticas. Costuma atuar nos bastidores da política, embora combine agora estas estratégias com uma novidade: o recurso à mobilização nas ruas e à ação direta (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 12-13).

Em meio aos protestos realizados por esses dois grupos a partir de 2013, que usaremos do conceito de Ciclos de Protestos (TARROW, 1999). O conceito designa uma fase de intensificação dos conflitos no qual um conjunto de atores conduz manifestações públicas em ritmo intenso e maior do que o rotineiro. Essas manifestações, por sua vez, vão difundir-se rapidamente para setores além dos que estão presentes, chegando a mobilizar até grupos ou indivíduos poucos mobilizados normalmente. Com o passar do maior envolvimento de atores menos mobilizantes anteriormente, a dinâmica do conflito, então, requer respostas das autoridades públicas que conjuntamente impõe repressão e adesão das demandas solicitadas (TARROW, 1999).

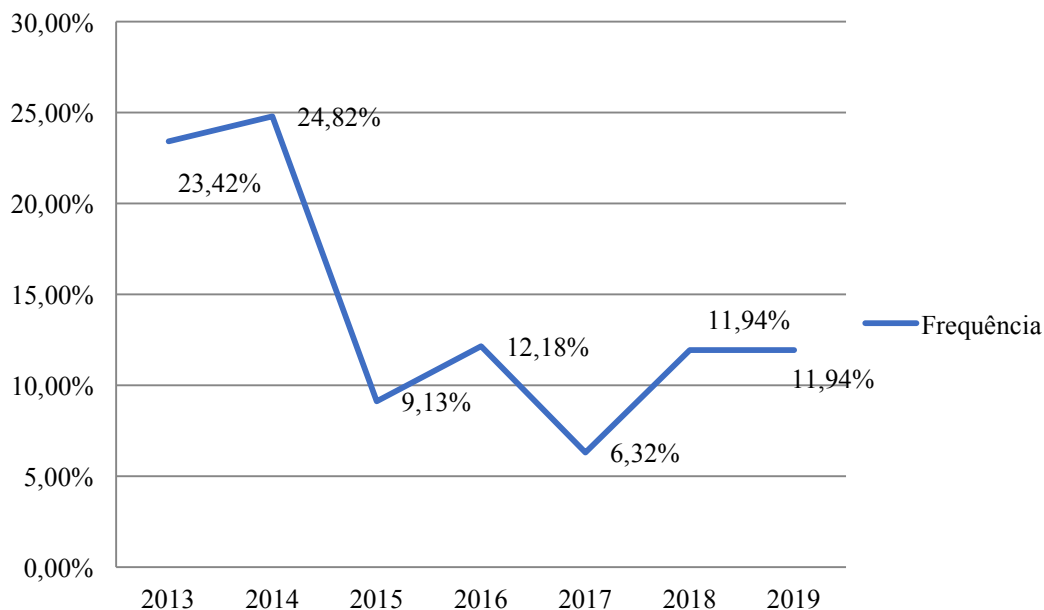
Nesse sentido, a relação entre mobilização coletiva e política institucional é uma questão chave para compreensão dos padrões de interação entre movimentos sociais e Estado, bem como os efeitos causados pós desmobilização dos ciclos de protestos. Desse modo, o conceito de ciclos de protestos tal qual Tarrow (1999) concebe importante para que além de analisar as características dos protestos realizados e a percepção da mídia sobre a atuação dos movimentos sociais e sindicais no Rio Grande do Norte entre 2013 e 2019, na seção a seguir, seja possível identificarmos quais protestos correlacionam-se no que concerne à participação de atores, modos de atuação e demandas e quais não.

3. Os Ciclos de Protestos do Rio Grande do Norte

Com o intuito de compreender as características dos protestos que marcaram a cena potiguar entre os anos de 2013 a 2019, essa seção objetiva apresentar um apanhado geral de quem liderou esses movimentos, como eles atuaram, qual o propósito dos protestos e a percepção da mídia sobre eles. Os dados foram coletados por dois meios de veiculação do Rio Grande do Norte, o jornal Tribuna do Norte e o G1. Ao todo, 476 reportagens foram coletadas, sendo 138 do G1 e 388 da Tribuna do Norte, no entanto, como o interesse do estudo é contabilizar o evento (protesto) e não a quantidade de vezes que essa temática foi discutida por esses meios, foi feito por meio de um olhar minucioso um filtro em todas as reportagens que compõem o banco e verificou-se que 43 eventos foram reportados pelos dois jornais, serão essas reportagens que tratam do mesmo evento que serão utilizadas para compreender a percepção da mídia.

Antes de mais nada, cabe apresentar, de modo mais descritivo um apanhado geral da porcentagem de protestos com base nos dois jornais. O gráfico 3 apresenta o percentual de protestos de cada ano em relação ao total do período de 2013 a 2019.

Gráfico 3: Frequência e percentuais de Protestos por ano no RN (2013/2019)



Fonte: elaboração própria, 2021.

Os dados demonstram que houve um boom no número de protestos nos anos de 2013 e 2014, elucidando o que também ocorreu a nível nacional, de acordo com os dados de Tatagiba e Galvão (2019). No caso específico do Rio Grande do Norte, o ano de 2014 chegou a ser mais expressivo que o de 2013, onde ocorre as Jornadas de Junho. A literatura (BRINGEL; PLEYERS, 2015; ALONSO, 2017, TATAGIBA 2017) Pleyers (2015) indica que a partir de Junho de 2013 houve uma pluralização dos grupos que buscavam as ruas como arena de confronto, além de que esses atores representavam ideologicamente espectros políticos os mais diversos e antagonicos. Em torno desse ponto de partida que analisaremos os eventos de protestos, a seguir, buscando responder: quem são esses atores? Como atuam? Quais são as suas demandas?

Para fins de análise, optou-se por agrupar atores de acordo com as suas características. Ao todo, 27 diferentes classes de atores foram identificadas. O quadro apresentado a seguir expõe quais categorias foram encontradas e qual a frequências desses atores nos protestos realizados entre 2013 a 2019.

Quadro 1: Categorias de atores e frequência nos protestos no RN (2013/2019)

Ator	Frequência	%
Apenados/ Socioeducandos	2	0,47%
Aposentados e pensionistas	1	0,23%
Bancários	6	1,41%
Comunidade escolar	3	0,70%
Divulgadores Telexfree	2	0,47%
Empresários	7	1,64%
Entes municipais	1	0,23%
Estudantes	48	11,24%
Movimentos sociais	57	13,35%
Petroleiros	6	1,41%
Trabalhadores da saúde	50	11,71%
Trabalhadores da segurança	68	15,93%
Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	98	22,95
Sociedade Civil	58	13,58%
Trabalhadores rurais	6	1,41%
Trabalhadores da área fiscal	4	0,94%
Trabalhadores da construção civil	1	0,23%
Trabalhadores da educação	33	7,73%

Trabalhadores da Justiça	6	1,41%
Trabalhadores do setor de transporte	71	16,63%
Trabalhadores do setor têxtil	1	0,23%
Trabalhadores do turismo	1	0,23%
Trabalhadores dos Correios	5	1,17%
Trabalhadores Terceirizados	1	0,23%
Indígenas	2	0,47%
Partidos políticos	4	0,94%
Quilombolas	1	0,23%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O quadro acima expõe uma grande discrepância entre a participação dessas categorias nos protestos. Há categorias que tiveram apenas uma participação, como também há categorias que tem uma frequência significativa nos protestos. Vale destacar a importância das classes trabalhistas. Seja atuando por meio de Sindicatos, Centrais ou Associações de Classe ou de forma individualizada como é caso dos Trabalhadores da Saúde, da Educação, do Setor de Transporte e da Segurança e etc., esses são os principais atores participantes dos protestos realizados no Rio Grande do Norte. Essa expressiva atuação das classes trabalhistas, buscando as ruas como estratégia de confronto, os conformam como um ator muito tradicional dos ciclos de protestos desenvolvidos no Brasil, fortemente presente desde há redemocratização, como nas Diretas Já e no Fora Collor e até no período de experimentação da participação institucionalizada (TATAGIBA, 2014; ABERS; SERAFIM, TATAGIBA, 2014).

Mas as classes trabalhistas não são as únicas a reivindicar e confrontar por meio das ruas, Movimentos Sociais, Estudantes e Sociedade Civil, são, também, categorias expressivas identificadas participando dos protestos. Consideramos, aqui, como classificação “Sociedade Civil” os eventos em que não é possível identificar categorias específicas de atores nos protestos.

Há, ainda, por último, grupos minoritários de participação nos protestos identificados, perante a totalidade de eventos, Empresários, Bancários, Indígenas, Quilombolas e etc. Um caso curioso são os Partidos Políticos que pouco foram identificados participando dos protestos. Esses atores em ciclos de protestos nacionais anteriores foram os condutores ou os principais articuladores dos eventos de rua. É válido destacar que os partidos políticos, principalmente, de esquerda, passaram a se intimidar na busca pela condução de protestos após os eventos de Junho de 2013 (ALONSO, 2017). As ruas tornaram-se um espaço de performance para todos.

Sabendo quantos protestos ocorreram, quem participativa, cabe agora saber como atores atuaram. O quadro a seguir apresenta a frequência e os percentuais do tipo de atuação nos protestos.

Quadro 2: Frequência e percentuais do tipo de atuação nos Protestos

Área de atuação	Frequência	%
Abaixo assinado	1	0,23%
Acampamento	8	1,87%
Assembleia	8	1,87%
Banquetaço	2	0,47%
Bloqueio de estrada/Piquete	109	5,53%
Boicote	1	0,23%
Briga física	1	0,23%
Buzinaço	2	0,47%
Carreata	1	0,23%
Depredação	16	3,75%
Desobediência Civil	2	0,47%
Entrega de document	2	0,47%
Escracho	1	0,23%
Greve de categoria	65	15,22%
Indicativo de manifestação	5	1,17%
Intervenção artística/simbólica	14	3,28%
Ocupação de imóvel privado	3	0,70%
Ocupação de órgão Público	27	6,32%

Ocupação de terra	2	0,47%
Panelaço	2	0,47%
Passeata/Marcha/Ato	153	35,83%
Paralisação	80	18,74%
Panfletagem	2	0,47%
Rebelião	1	0,23%
Reinvindicação de reunião	2	0,47%
Roletaço	8	1,87%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Como apresentado acima, o número total de formas de atuação ou performance de protestos é superior ao número de eventos que ocorreram no estado do Rio Grande do Norte, isto ocorre, por que, um evento (protesto) pode ter mais de uma forma de atuação. Também é possível perceber que há padrões de forma de atuação dos atores que protestam ou performances, gerando repertórios (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; ALONSO, 2012). Nesse sentido, repertórios seriam um conjunto de estratégias performáticas utilizáveis num determinado contexto histórico, possibilitando a expressão de demandas. Ou seja, para cada contexto histórico e político e pautas, ativistas irão selecionar estratégias de confronto e interação com o Estado.

Desse modo, foram selecionadas as demandas mais frequentes em cada ano, quais atores demandaram para enquadramento das características dos protestos em ciclos. Ao final, encontramos quatro ciclos de protestos apresentados, a seguir, anualmente: Políticas Sociais e Trabalhistas; Ordem Urbana; Vida Rural; e Campanha do Impeachment de Dilma Rousseff. A primeira exposição será referente ao período de 2013, conforme exposto a seguir:

Quadro 3: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2013

Ano	Demandas	Atores	Frequência da demanda	Ciclo de protesto
2013	Melhoria de segurança pública	Trabalhadores do setor de Transportes	13%	Políticas sociais e trabalhistas; Ordem urbana.
		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
		Sociedade Civil		
	Melhoria na educação	Estudantes	7%	
		Comunidade escolar		
	Melhoria na saúde	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	5%	
		Movimentos sociais		
	Contra o programa Mais Médicos	Estudantes	5%	
		Trabalhadores da saúde		
	Contra a corrupção	Estudantes	5%	
		Sociedade Civil		
	Salário e condições de trabalho	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	33%	
		Aposentados e Pensionistas		
Trabalhadores da Segurança, Saúde, Justiça				
Petroleiros				
Movimentos sociais				
Contra o aumento da tarifa de ônibus	Sociedade Civil	10%		
	Estudantes			
	Movimentos sociais			
Contra megaeventos	Estudantes	3%		
	Empresários			
Melhoria de mobilidade urbana	Estudantes	23%		
	Movimentos sociais			
	Trabalhadores de justiça e de transporte			
	Sociedade Civil			

		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
		Partidos políticos		

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Os protestos de 2013 formam dois claros ciclos de protestos, um muito relacionado às pautas de Políticas Sociais e trabalhistas e outro muito relacionado às questões de ordem urbana. O ciclo de protestos Políticas Sociais e Trabalhistas é anterior as Jornadas de Junho de 2013 e conta com atores tradicionais como os sindicatos de classe trabalhista. Esse ciclo vai se intensificar com os eventos de Junho e suas pautas atrairão atores que nunca tinha buscado se manifestar, mobilizados a ir às ruas por meio das Redes Sociais e pela piora das condições de qualidade de vida em detrimento da realização dos Megaeventos.

Já o ciclo da Ordem Urbana se inicia nas Jornadas de Junho. Nesse cenário, alguns eventos ganham destaque, a exemplo do aumento da tarifa de ônibus e por consequência a pauta de melhoria de mobilidade urbana. Outras demandas de protestos, como as ações contra os megaeventos, embora apareçam tímidas em 2013, ganham força em 2014. Aqui, pode-se enxergar o que Tarrow (1999) chama de dinâmica do movimento, isto é, esses protestos acionam uma sequência de ação coletiva, que quando bem sucedida, produzem ciclos mais amplos. Isso pode ser visto, a partir do quadro a seguir, com as demandas e frequências dos eventos em 2014.

Quadro 4: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2014

Ano	Demandas	Atores	Frequência da demanda	Ciclo de protesto
2014	Contra o aumento da tarifa de ônibus	Estudantes	3,77%	Políticas sociais e trabalhistas; Megaeventos; Vida rural; Ordem urbana;
		Movimentos Sociais		
		Partidos políticos		
		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
	Contra os megaeventos	Estudantes	10,38	
		Empresários		
		Partidos políticos		
		Movimentos sociais		
		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
		Sociedade Civil		
	Disputa por terra	Movimentos Sociais	3,77%	
		Trabalhadores Rurais		
	Melhorias de infraestrutura rural	Movimentos Sociais	7,55%	
Melhoria na educação	Comunidade Escolar	3,77%		
	Movimentos Sociais			
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe			
Melhorias na segurança pública	Trabalhadores do setor de Transportes	13,21%		
	Sociedade Civil			
	Estudantes			
Melhorias nas condições de moradia	Sociedade Civil	3,77%		
Melhoria de mobilidade urbana	Sociedade Civil	3,77%		
Melhoria de Transporte Público	Trabalhadores do setor de Transportes	7,55%		
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe			

Salário e condições de trabalho	Estudantes	30,19%	
	Movimentos Sociais		
	Trabalhadores da saúde, segurança, transporte, justiça, educação		
	Bancários		
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme exposto no quadro de demandas do ano de 2014, o que em 2013 estava dentro do ciclo de demandas de ordem urbana, em 2014, ganhou contornos próprios. Nesse ano surge de forma muito nítida um ciclo de protestos que está intimamente relacionada aos megaeventos esportivos. Esse ciclo surgiu de uma oportunidade que embora numericamente não fosse tão expressiva, teve oportunidade política que permitiu a difusão desses protestos. Por outro lado, as demandas de ordem urbana também foram intensificadas, os eventos relacionados ao aumento da passagem de ônibus reduziram, mas o debate urbano ampliou para os mais diversos tipos de demandas, seja de transporte, moradia, ou mobilidade. Aqui, as questões sociais e trabalhistas ainda são recorrentes, mas outro ciclo surge, o que demanda melhoria as condições de vida rural.

É válido ressaltar que as demandas contra corrupção foram numerosas em 2013 e, no ano de 2014, o houve um crescimento do número de eventos em torno da pauta dos megaeventos. Nesse contexto, cabe destacar que como consequência do forte ciclo de protestos de Junho de 2013, iniciou-se o processo de estruturação dos Movimentos Sociais de Direita em Natal, como é o caso da Rede de Apoio à Democracia e Atitudes Republicanas (RADAR). Na mesma perspectiva da dinâmica do movimento que Tarrow (1999) apresenta, nos anos posteriores este também ganhará contornos próprios.

Quadro 5: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2015

Ano	Demandas	Atores	Frequência da demanda	Ciclo de protesto
2015	Contra o Governo do PT (Fora Dilma)	Empresários	12,82%	Campanha do Impeachment de Dilma
		Sociedade Civil		
		Caminhoneiros		
	Abastecimento de água no município	Trabalhadores rurais	5,13%	
		Movimentos sociais		
	Contra o aumento da tarifa de ônibus	Estudantes	7,69%	
	Melhoria no salário e condições de trabalho	Trabalhadores da Justiça e segurança	7,69%	
	Melhorias na assistência agrícola	Movimentos Sociais	7,69%	
		Agricultores Rurais		
	Melhorias na segurança pública	Trabalhadores do setor de transporte	12,82%	
Trabalhadores da segurança				

Fonte: Elaboração própria, 2021.

No ano de 2015, um novo movimento se inicia, o dos protestos que reforçam o anti-petismo. O que em 2013 refletia como contra a corrupção, se agrupou aos debates dos megaeventos de 2014 e em 2015 surge na ideia do Fora Dilma. Até então, as categorias de atores se repetem, no entanto, é possível perceber que um novo grupo surge, os caminhoneiros. Por outro lado, o quadro demonstra que de modo geral houve poucas frequências de demandas, em 2015, as incidências de protestos reduziram em cerca de mais de 50% ao comparado com 2013 e 2014. Exatamente por esse motivo, alguns protestos que tinham como demanda a “defesa da democracia”, “em defesa da Petrobrás” não tiveram frequência suficiente para entrar no quadro

acima. Apesar disso, esses protestos repercutiram em 2016, tornando evidente um cenário de protestos polarizado.

Quadro 6: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2016

Ano	Demandas	Ator	Frequência	Ciclo de protestos
2016	Contra corte de gastos do Governo Federal	Trabalhadores da educação, segurança e saúde	7,69%	Campanha do Impeachment de Dilma; Políticas Sociais e Trabalhistas
		Movimentos Sociais		
		Estudantes		
		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
		Bancários		
	Contra o Governo Temer	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	7,69%	
		Petroleiros		
		Movimentos Sociais		
	Em defesa do governo do PT	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	9,62%	
		Estudantes		
		Trabalhadores do setor de transportes		
		Movimentos Sociais		
		Partidos políticos		
	Direitos trabalhistas	Bancários	13,46%	
Sindicatos/Centrais/Associações de Classe				
Trabalhadores da saúde, transporte, segurança e educação				
Salário e condições de trabalho	Trabalhadores da saúde, transporte, área fiscal, segurança e educação	36,54%		
	Bancários			
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe			
Melhorias na segurança pública	Trabalhadores do setor de Transportes	9,62%		
	Movimentos Sociais			
Contra a reforma da previdência	Trabalhadores da educação	7,69%		
	Estudantes			
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe			

Fonte: Elaboração própria, 2021.

No ano de 2016, a polarização ficou bastante evidente nos protestos, no entanto, embora várias demandas conservadoras tenham surgido no espaço dos protestos, os atores que faziam essas reivindicações não as tornaram frequentes. Foi possível identificar pautas como a escola sem partido, a favor da lava jato, o Fora Dilma em diferentes protestos, cada demanda era referente a um evento diferente. Além disso, cabe destacar que, em 2016, houve uma resposta ao movimento que expressamente levantou a bandeira contra o governo do PT, visto que protestos a favor dos governos petistas foram intensificados no referido ano. O ano de 2017, por sua vez, foi marcado por uma queda no quantitativo de protestos (quadro 08).

Quadro 7: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2017

Ano	Demandas	Ator	Frequência	Ciclo de protestos
2017	Contra a Reforma da Previdência	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	33,33%	Políticas Sociais e Trabalhistas
		Trabalhadores da saúde, educação e segurança		
		Sociedade Civil		
		Movimentos Sociais		

	Salário e condições de trabalho	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	59,26%
		Trabalhadores da saúde, educação, segurança e transporte	
	Contra a reforma trabalhista	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	7,41%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

No que se refere a 2017, as três principais demandas nesse ano foram bem representativas. As pautas contra a reforma de previdência, contra a reforma trabalhista e relativa a salário e condições de trabalho estão intimamente relacionadas. Os protestos que pautavam os direitos trabalhistas se iniciaram em 2016, no entanto, em 2017 ficou evidente a força dos protestos relacionados a essa temática e como eles se transformaram em um ciclo. Um dos novos elementos dos protestos trabalhistas foi a intensificação de atos dos trabalhadores da Segurança Pública em decorrência da rebelião ocorrida nos presídio de Alcaçuz. O quadro seguinte traz os dados relativos a 2018:

Quadro 8: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2018

Ano	Demandas	Ator	Frequência	Ciclo de protestos
2018	Contra aumento no valor dos combustíveis	Movimentos Sociais	5,88%	Políticas Sociais e Trabalhistas; Campanha pelo Impeachment.
		Trabalhadores do setor de transporte		
		Sociedade Civil		
	Em defesa do Governo do PT	Movimentos Sociais	3,92%	
		Sociedade Civil		
		Sindicatos/Centrais/Associações de Classe		
	Salário e condições de trabalho	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	52,94%	
		Bancários		
		Trabalhadores da saúde, educação, segurança e transporte		
	Protesto dos caminhoneiros	Trabalhadores do setor de Transportes (caminhoneiros)	15,69%	
Protestos feministas	Movimentos Sociais	3,92%		

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O ano de 2018 manteve o ciclo de protestos em torno de Políticas Sociais e Trabalhistas, trazendo a tona os protestos dos caminhoneiros o que intensifica o tipo de atuação por meio de bloqueio de estradas ou piquetes. Além disso, protestos com características da Campanha pelo Impeachment retornam devido à eleição. Com a eleição de Jair Bolsonaro naquele ano e sua posse do seu governo em 2019, marcado por um projeto político liberal, um corte nas políticas sociais foi realizado dali em diante. No que se refere a 2019, apresentamos o quadro seguinte:

Quadro 9: Síntese das maiores demandas dos protestos em 2019

Ano	Demandas	Ator	Frequência	Ciclo de protestos
2019	A favor de segurança alimentar	Trabalhadores rurais	3,92%	Políticas Sociais e Trabalhistas.
		Movimentos Sociais		
		Indígenas		
		Quilombolas		
	Contra a Reforma da Previdência	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	5,88%	
		Estudantes		
		Trabalhadores dos correios e educação		
	Sindicatos/Centrais/Associações de Classe	16,61%		

	Contra corte de gastos na educação	Trabalhadores da educação	49,02%	
		Estudantes		
	Salário e condições de trabalho	Movimentos Sociais	49,02%	
		Sindicatos/Centrals/Associações de Classe		
		Trabalhadores da saúde, educação segurança, transporte e área fiscal		

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A partir desses cortes, grupos do ciclo de Políticas Sociais e Trabalhistas intensificam sua atuação com estratégias anteriores de atuação. A demanda de salário e condições também sofre forte expansão, apesar de no estado do Rio Grande do Norte ter assumido uma governante, Fátima Bezerra (PT), que contava com apoio de lideranças dos movimentos sindicais e sociais.

4. Considerações finais

Com base na metodologia de AEP, foi possível traçar um perfil dos protestos que ocorreram no estado do Rio Grande do Norte, quanto à quantidade, aos atores envolvidos e as suas demandas. A partir disso, buscou-se associar os dados levantados a ideia de ciclo de protestos de Tarrow (1999). Com isso, pode-se concluir que, só é possível fazer um estudo de ciclo de protestos, a partir de uma perspectiva diacrônica, visto que, o ciclo se apresenta timidamente antes de ganhar força e contornos próprios. Além disso, essa estruturação que considera a temporalidade possibilita compreender da raiz da problemática daquele protesto.

No caso do RN, foram identificados 5 ciclos de protestos, inicialmente relacionados a problemas de ordem urbana na capital do estado, Natal/RN, mas que depois passaram a adotar uma agenda de protestos que tiveram repercussão nacional, a exemplo dos eventos polarizados contra e a favor do Partido dos Trabalhadores. Nesse processo de identificar se houve ou não ciclos de protestos no RN, notou-se a ideia de dinâmica de movimento apontada por Tarrow (1999), para que esses ciclos se formassem, seria necessária uma oportunidade política para ampliar o processo de ação coletiva. Considerou-se, também, que, embora possuam espectros políticos opostos, os protestos contra e a favor dos governos petistas fazem parte de apenas um ciclo.

No caso do RN, há um ciclo de protestos que sempre ocupam a cena estadual, como uma demanda recorrente dos servidores de educação, segurança pública e saúde. Esses atores e pautas foram comuns de 2013 a 2019, isto é, esses protestos independem da gestão estadual e federal e diante relação confrontacional e a política institucional, as demandas desse ciclo de protestos nunca foram vencidas.

Em linhas gerais, os estudos que adotam a AEP contribui para compreender como os atores sociais e políticos se mobilizam diante de contextos de crise econômica e política, mobilização essa que a partir da forma que é noticiada pela mídia pode favorecer oportunidades políticas formando ciclos de protestos que podem influenciar no processo de tomada de decisão alterando a agenda governamental. Para esse ponto, sugere-se uma agenda de pesquisa em torno da capacidade dos protestos de influenciar o Estado e seus efeitos.

Referências:

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014

ALONSO, Angela. A política das ruas. *Novos Estudos*, v. 37, n. 1, p. 49-58, 2017.

AUGUSTO, A; ROSA, P. O. e RESENDE, P. E. R. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos. *Revista Estudos de Sociologia, Araraquara*, v. 21, n. 40, p.21-37, 2016.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. *Nueva Sociedad*, p. 1-17, 2015.

CARLOS, Euzeneia. Interações conflitivas e repertórios confrontacionais no desastre do Rio Doce: performances, atores e consequências. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, v. 1, n. 1, 2020.

FERNANDES, Eduardo Georjão; TEIXEIRA, Alex Niche; SILVA, Marcelo Kunrath. Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. *Plural-Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 2, 2020.

HUTTER, Swen. *Protest event analysis and its offspring*. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Marcos Referenciais Teóricos que tem dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil -1970-2018. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 6, p. 05-33, 2018.

MELO, L. P.; TATAGIBA, L. F. . Impactos do lulismo nos padrões de protesto do Brasil (2003-2010): uma abordagem exploratória. In: 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017, Montevideo. 9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2017.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 11-48, 2009.

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises!': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Editora Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Dinâmicas da ação coletiva: análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. 2011. p. 6-11.

SILVA, Marcelo Kunrath et al. Dinâmicas da contestação: transformações nos repertórios de manifestação pública de demandas coletivas no Rio Grande do Sul–1970 e 2010. In: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2015.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. Editora Companhia das Letras, 2012.

Tarrow, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, p. 87-116, 2018.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos eo impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie*, v. 17, n. 1, p. 112-135, 2018.

SILVA, Marcelo Kunrath; ARAUJO, Gabrielle Oliveira; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Dinâmicas da ação coletiva: análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. 2011. p. 6-11.